


Gabinetes de leitura no Rio Grande do Sul: aspectos históricos e incentivo à formação de leitores

Flávia Reis de Oliveira


Doutora em Educação – Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul,
Rio Grande do Sul, Brasil

Bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande,
Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/000-0001-7613-5145>
E-mail: flaviareisfurg@gmail.com


João Paulo Borges da Silveira

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Bibliotecário-Documentalista da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande,
Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/000-0002-1144-784X>
E-mail: jpbsilveira@ucs.br


Flávia Brocchetto Ramos

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2

 <https://orcid.org/000-0002-1488-0534>
E-mail: fbramos@ucs.br

Eliana Rela

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/000-0001-9670-1634>
E-mail: erela@ucs.br

Resumo: Este artigo investiga a relevância dos gabinetes de leitura para a sociedade brasileira e, em especial, a gaúcha, assim como, para o desenvolvimento social e cultural por meio da formação de leitores. O estudo de caráter bibliográfico justifica-se por apresentar uma compreensão sobre a história da leitura e o incentivo à formação de leitores, com base na atuação dos gabinetes de leituras e das bibliotecas. Os gabinetes de leitura, em solo brasileiro, tiveram como missão civilizatória permitir o acesso ao livro e a outros materiais, a princípio, para seus sócios e, posteriormente, para o público em geral. O primeiro espaço criado no Brasil foi o Real Gabinete Português de Leitura, instalado na cidade do Rio de Janeiro, em 1837. No presente texto, apresentam-se outras instituições como, por exemplo, o gabinete de leitura surgido na cidade do Rio Grande/RS, em 1846, que deu origem à Bibliotheca Rio-Grandense, em 1878. Como resultado, aponta-se o papel de gabinetes de leitura para a formação de bibliotecas no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Gabinete de leitura; Biblioteca pública; Bibliotheca Rio-Grandense.

Reading offices in Rio Grande do Sul: historical aspects and incentive for readers training

Abstract: This article investigates the relevance of reading offices for Brazilian society and, in particular, gaúcha, as well as for social and cultural development through the formation of readers. The bibliographic character study is justified by presenting an understanding of the history of reading and the encouragement of the formation of readers, based on the performance of reading offices and libraries. The reading offices, in Brazilian soil, had the civilizing mission of allowing access to the book and other materials, at first, for its members and, later, for the public in general. The first space created in Brazil was the Real Gabinete Português de Leitura (Royal Portuguese Reading Office), installed in the city of Rio de Janeiro, in 1837. In the present text, other institutions are presented, such as the reading office that emerged in the city of Rio Grande/RS, in 1846, which originated the Bibliotheca Rio-Grandense, in 1878. As a result, the role of reading offices for the formation of libraries in Rio Grande do Sul is pointed out.

Keywords: Reading office; Public library; Bibliotheca Rio-Grandense.

Texto recebido em: 07/07/2020

Texto aprovado em: 08/12/2020

Apontamentos iniciais

O presente texto tem por objetivo discorrer sobre a importância dos gabinetes de leitura para a sociedade brasileira e, em especial, a gaúcha. Destacará, também, o relevante papel desempenhado por esses espaços no desenvolvimento social e cultural para a formação de leitores. Além de propiciar espaços de cultura e estímulo à leitura, os gabinetes tornaram os livros acessíveis a uma boa parcela da população, democratizando, assim, o acesso à cultura letrada.

O estudo justifica-se por apresentar uma compreensão sobre a história da leitura, tendo por base um histórico dos gabinetes de leitura e das bibliotecas enquanto ambientes informacionais e promotores do incentivo à leitura e à formação de leitores em diferentes contextos sociais. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica com diferentes fontes de informação publicadas a respeito das temáticas propostas à discussão. Conforme salienta Gil (2010, p. 29) “esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”, ou seja, documentos que foram considerados na escrita deste texto.

Os gabinetes de leitura e as bibliotecas são, na maior parte das vezes, responsáveis pela formação de hábitos e gostos pela leitura, servindo como forma de acesso ao desenvolvimento cultural, social e econômico. Considerando que no Rio Grande do Sul, as bibliotecas surgiram em períodos históricos próximo aos dos gabinetes de leitura e que muitos desses espaços tornaram-se posteriormente bibliotecas públicas, tem-se que as bibliotecas são instituições para conservar e preservar a memória, disponibilizar informação e valorizar o acesso à pesquisa e ao conhecimento.

Tais espaços tinham por finalidade a socialização dos livros e de outras fontes de informação disponibilizados para seus sócios e frequentadores, podendo ser cobrado, ou não, taxas para o acesso aos materiais e ao ambiente, conforme a estrutura administrativa de cada espaço. Os gabinetes de leitura surgem na França e ganham destaque em Portugal, chegando ao Brasil pelas mãos de imigrantes lusos no início do século XIX.

O maior gabinete de leitura, no País, ainda é o Real Gabinete de Leitura, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1837. A partir de então, diversos estados brasileiros começaram, sob diferentes pontos de vista, a criar seus espaços de fomento à leitura, como aconteceu no Rio Grande do Sul. Neste texto, destacamos o gabinete de leitura da cidade do Rio Grande/RS e a sua transformação na atual Bibliotheca Rio-Grandense.

Visando buscar aprofundamento nos termos *gabinete de leitura e biblioteca*, na história das bibliotecas públicas e dos gabinetes de leitura e no conceito de *leitura*, é que dividimos o texto em seções para facilitar a compreensão de nossa linha de pensamento no desenvolvimento do trabalho. A motivação para a realização do presente estudo não ocorre somente pelo interesse profissional e histórico, mas, sobretudo, pela pesquisa sobre a construção histórica da leitura, em particular das condições e possibilidades com que os gabinetes de leitura se transformaram em bibliotecas públicas e o que elas representam para a sociedade.

O livro, o leitor e as práticas de leitura

Espaços de leitura como os gabinetes e bibliotecas surgem e se constituem em função de uma tríade: um artefato cultural chamado livro; uma prática que é a leitura; e de um leitor que estabeleça a relação texto e leitura cuja atribuição de

sentidos dependerá das experiências vividas pelo leitor, isto é, um processo subjetivo que implica historicidade e, conseqüentemente, uma apropriação.

A história do artefato livro, que tem relações com contextos políticos e econômicos, foi influenciada por inovações técnicas. É uma história escrita com diferentes suportes: papiro (fibra vegetal), pergaminho (pele de animais), pasta de papel. E diferentes formatos: do rolo ao códice (vários pergaminhos costurados dando origem ao livro como objeto), e desse à tela. Até o final do século XIV, a fixação das palavras foi manuscrita por pessoas especializadas na atividade, os chamados copistas. Nesse período, na Europa, Gutemberg desenvolve a imprensa com tipos móveis reaproveitáveis, um processo para imprimir os livros dando velocidade à produção e também portabilidade, que favorece a circulação da informação escrita.

Historicamente, a leitura já foi compreendida como uma atividade social que poderia ocorrer nos locais de trabalho, nas tavernas, nas habitações familiares. Já foi uma experiência possível apenas para pequenos grupos letrados, como por exemplo no Império Romano dos séculos II e III, quando ler era um exercício feito em voz alta, por nobres e sacerdotes que liam rolos de papiros, sendo também sinônimo de ostentação.

A leitura espiritual ganha espaço na Alta Idade Média quando, o livro dos salmos foi utilizado como manual para ler e escrever. Organizadas sob o poder do clero, recebeu regulamentação e organização em parágrafos e títulos, mas ainda era feita em voz alta. Com o advento das universidades, no século XIII, operou-se a mudança para a leitura silenciosa, que Chartier (2001) categoriza como revolucionária, pois o leitor pode estabelecer uma relação mais próxima com o livro e as palavras e podia subverter a ordem rígida da leitura.

Uma prática de leitura pública surge por volta do século XVI quando, um leitor utilizando do recurso da oralidade lia um livro para um grupo de ouvintes, apresentando obras clássicas medievais ou textos da tradição popular, os quais sofriam adaptações à medida em que leituras em diferentes lugares geravam diferentes versões. Esse é também um período de profundas transformações sociais, econômicas, cartográficas, tecnológicas. É o período das grandes navegações, posse de novas terras por espanhóis e portugueses e, a invenção da imprensa. A tecnologia dos tipos móveis possibilitará o aumento da produção de livros, o que ainda não significa acesso a todas as camadas sociais. Surgem as leituras públicas ou gabinete do livreiro, a biblioteca pública e a sociedade literária.

Com o surgimento da prática de empréstimo de livros e a frequência dos leitores aos gabinetes e bibliotecas, Darnton chama a atenção para o contexto do século XVIII:

Mas o final do século dezoito parece representar um ponto crítico, quando se pode visualizar a emergência de uma leitura de massa que iria atingir proporções gigantescas no século dezanove, com o desenvolvimento do papel feito a máquina, as prensas movidas a vapor, a linotipo e uma alfabetização quase universal. Todas essas mudanças abriram novas possibilidades, não diminuindo a intensidade, mas aumentando a variedade. (DARNTON, 1992, p. 212-213)

Com base em fonte representando quadros pintados onde se pode depreender o tema leitura, Darnton (1992) infere que a leitura não era um processo confortável à época do humanismo clássico, pois observou imagens de estudantes lendo livros em pé diante de balcões altos até os ombros. Em imagens produzidas um século e meio mais tarde, localizou leitores acomodados em poltronas confortáveis. Nesse período, livreiros transformaram livrarias em clubes, colocando seus estoques à disposição do público – cobravam uma taxa e ofereciam boa luz e cadeiras confortáveis. Estava, pois, anunciado o gabinete de leitura.

Belo (2008) afirma existir uma sociologia da leitura, na qual existem vários fatores e graus. A leitura pode, assim, ser feita de acordo com a instituição, espaços, gestos e ritmos de leitura individuais de cada pessoa. O autor ainda discorre sobre a importância do conjunto necessário para uma prática de leitura em diferentes tempos históricos:

A atenção aos espaços concretos em que decorre a leitura, como a sala de aula, as bibliotecas ou os gabinetes de leitura que se multiplicaram entre os séculos XVIII e XIX, assim como o interesse pelo mobiliário e pelos acessórios utilizados pelos leitores em cada um desses locais, permite-nos aprofundar ainda a relação entre leitores e o ambiente cultural e social envolvente. (BELO, 2008, p. 58)

A partir do posicionamento de Belo (2008), entraremos na construção histórica dos gabinetes de leitura que são vistos aqui como espaços que surgem a partir de uma dada finalidade: a de se ter um local determinado e estimulante para a leitura.

Gabinetes de leitura

O termo gabinete tem entre outras significações, o sentido de “sala destinada a trabalho; escritório; laboratório” (CEGALLA, 2005). Sobre eles, Soares (2006, p. 13) afirma que, de modo geral, “seu traço comum era o de serem estabelecimentos de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural que possibilitavam aos seus subscritores a leitura e/ou locação de livros e periódicos, sem que houvesse a necessidade de compra”.

A autora ainda menciona que tais espaços atuavam “como mediadores na relação entre editores, escritores e o público leitor” (SOARES, 2006, p. 19). Portanto, além de espaços para leituras isoladas, ambientes em que os livros circulavam, caracterizava os gabinetes como espaços de sociabilidades, uma vez que havia interlocuções e diálogos entre aqueles que os frequentavam.

Os gabinetes de leitura surgem na França após a Revolução Francesa com o nome de *boutiques à lire*, em referência aos espaços onde um grupo de pessoas se unia para a compra e empréstimos de livros mediante pagamento de taxas, tornando-se sócios e atraindo outros frequentadores interessados no mundo das letras.

Schapochnik (1999. *Apud.* PAIXÃO, 2012, p. 52) reforça que os gabinetes de leitura surgem na Europa sendo “simultaneamente comercial e cultural, à parte o traço comum de casa de locação de livros, de proposta laica e de saber moderno, revestiu-se ainda de vários significados (...), estas instituições remetem para um espaço fornido de livros, autorizando a leitura sem a necessidade de compra”. Desse espaço com local onde se pode ler ou estudar, tem-se a tessitura histórica do nascimento dos gabinetes de leitura.

No contexto brasileiro, houve diversas tentativas para estimular a circulação de impressos, muito relacionadas à urgência e à necessidade de civilizar, por meio das letras e formar uma sociedade leitora, fazendo surgir nas províncias tais associações.

Nos primeiros séculos do Brasil colonial, as bibliotecas familiares e individuais eram em números modestos, principalmente, se comparadas às bibliotecas pertencentes aos colégios jesuítas, como os da Bahia, Rio de Janeiro e Pará (VILLALTA, 1999). Ainda segundo Villalta (1999), nos séculos XVI e XVII, as temáticas literárias e religiosas praticamente compunham os livros que circulavam no Brasil, em boa parte para fins educacionais. Somente mais tarde, começaram a

aparecer, em inventários de bibliotecas particulares e públicas, livros sobre ciências e ofícios, como nas áreas de Direito e Medicina, por exemplo.

O acesso aos livros, no século XVIII, ampliou-se devido à relação de posse com os livros que se estreitou e à criação de bibliotecas e livrarias. A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, a fundação da Real Biblioteca (atual Biblioteca Nacional) em 1810 e a instalação do Real Gabinete Português de Leitura, 27 anos depois, contribuíram para a disseminação do livro e do fomento às práticas de leitura no País, fazendo surgir outros espaços para a leitura, como os gabinetes que estudaremos neste texto.

Os gabinetes de leitura começaram a se constituir nas províncias brasileiras no século XIX, seguindo o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1837. Contudo, Soares (2006) cita que um dos primeiros gabinetes de leitura (ou o que se pode considerar como tal) e um dos mais populares era a Casa do Livro Azul, que se localizava na Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro e funcionou entre os anos de 1828 a 1852.

Segundo Azevedo (2008), o Real Gabinete Português de Leitura foi criado por portugueses (na sua maioria advogados e comerciantes) que imigraram para o Brasil nas décadas de 1820 e 1830 fugindo do miguelismo em Portugal. Seus fundadores “buscaram não somente criar uma instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula” (AZEVEDO, 2008, p. 22), uma vez que, a língua francesa ganhava relevância no País nessa época.

Alves-Caetano [s. d.] caracteriza a criação do referido gabinete:

Em casa do dr. Antônio José Coelho Louzada, advogado português emigrado no Rio de Janeiro, com a presença do Encarregado de Negócios de Portugal, no domingo, 14 de Maio de 1837, quarenta e dois emigrantes portugueses constituíram uma associação que denominaram *Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*.

O Real Gabinete Português de Leitura instalou-se na capital do País à época, motivando a criação de diversos gabinetes portugueses (ou não) de leitura por diferentes regiões, como em Salvador/BA, São Luís/MA, Maceió/AL e Recife/PE. Esses gabinetes, de maneira descentralizada do Real Gabinete, buscavam ampliar e proporcionar o acesso a livros e a periódicos, fomentando o hábito de leitura entre seus associados (pagantes ou não, pois no Brasil em alguns gabinetes não havia

cobrança de taxas, como nas *boutiques à lire* francesas), bem como na sociedade em geral, ainda tão carente de acesso à educação e alfabetização.

Ainda sobre os gabinetes de leitura brasileiros e sua inspiração francesa, Madeira (2005, p. 2) aponta que “o perfil dos gabinetes de leitura trazidos para o Brasil, se diferenciavam das *boutiques à lire* francesas pela consulta e empréstimo gratuitos do acervo, bem como pelo cultivo de um forte sentimento de solidariedade e fervor cívico”. A autora frisa a relevância dos projetos dos gabinetes enquanto propagadores das letras e ciências para o povo, conseguindo, assim, angariar um grande número de admiradores e associados à instituição (MADEIRA, 2005).

No contexto da segunda metade do século XIX, Martins (1999) alerta que estudantes do curso de Direito da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco criaram diversos espaços e gabinetes de leitura, como forma subversiva e contestadora à censura sofrida na sociedade e, inclusive, dentro da própria universidade. Segundo a autora, a criação dos gabinetes de leitura “tratava-se de uma rede de estabelecimentos voltados para a leitura e que dotados de estatutos homogêneos, previam a formação de uma biblioteca de gêneros e títulos diversificados, onde se podiam alugar livros” (MARTINS, 1999, p. 401).

Entende-se, pois, com base na criação dos gabinetes de leituras por estudantes em São Paulo, que esses espaços “previam, igualmente de uma escola de primeiras letras, que formasse leitores para consumo daquele acervo enquanto encetavam a alfabetização dos segmentos menos favorecidos da sociedade” (MARTINS, 1999, p. 401). Contudo, o acesso aos gabinetes de leitura era feito mediante inscrição na Associação. Mesmo quem pudesse pagar a mensalidade para ter acesso ao acervo, nem sempre tinha a garantia de ser aceito, pois seus partícipes eram selecionados muitas vezes pelas posses que teriam (MARTINS, 1999).

Assim como em outras regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul estabeleceram-se diferentes gabinetes de leitura com propósitos semelhantes aos dos espaços já citados. Em especial, destacaremos os seguintes gabinetes de leitura situados na capital e no interior gaúcho: Gabinete de Leitura Porto-Alegrense e Gabinete de Leitura da Bibliotheca Pelotense e, em especial, o Gabinete de Leitura Rio-Grandense.

Gabinetes de leitura do Rio Grande do Sul

Considerando os altos preços dos livros no início do século XIX, começaram a surgir os gabinetes de leitura e/ou literários (havia diferentes nomenclaturas), no Rio Grande do Sul. O primeiro que se tem notícia foi criado em 1829, na cidade de Porto Alegre, vindo a transformar-se em sociedade secreta no ano de 1930. No ano seguinte, foi publicado um jornal, tido como independente politicamente, o *Continentino*. Porém, no mesmo ano, encerram-se as atividades desse periódico, dando espaço a uma loja maçônica, considerada a mais antiga do Estado, chamada *Filantropia e Liberdade* (FERREIRA, [19--]).

Com a transformação do gabinete de leitura em sociedade secreta e, posteriormente, em loja maçônica, no ano de 1831, ficou a província sem qualquer entidade do gênero. Contudo, a ideia de gabinetes continuava viva, como afirma Gomes (2015, p. 137), “o *Gabinete de Leitura*, (...) não desaparece, pois em 1831 a *sociedade secreta* dissolve-se e surge em seu lugar (...) a mais antiga Loja maçônica do Rio Grande do Sul, que mantinha um *Gabinete de Leitura*, uma escola de *Primeiras Letras*”.

O autor complementa, afirmando que “a *Loja* era responsável pela edição d’O *Continentino* (1831/1833) e d’O *Compilador em Porto Alegre* (1831/1832) dos quais participavam vários professores e padres como colaboradores ou editores que se entrecruzavam, em outras esferas e periódicos, com outros colegas letrados” (GOMES, 2015, p. 137). Ou seja, as ações da Loja contribuem para a produção intelectual, jornalística e literária da então Província.

Na cidade de Piratini, em 1836, a República de Piratini, preocupada com a instrução da população, decide pela criação de um gabinete de leitura, que iniciou com cerca de 800 volumes, acervo que deveria crescer, inclusive com o arrendamento dos bens dos inimigos. Entretanto, o gabinete não chegou a entrar em funcionamento e foi desfeito em 1945 com a assinatura do Tratado de Paz e o encerramento da guerra civil estabelecida. Por fim, o acervo foi dispersado sem destino certo (FERREIRA, [19--]).

A década de 1840 é marcada pelo recomeço da província após os prejuízos e abalos provocados pela guerra civil regional. O ano de 1846 é precisamente o momento no qual é criada na cidade de Rio Grande uma sociedade cultural, “com a finalidade de pôr o livro ao alcance, senão do povo em geral, pelo menos de um

número bastante considerável de pessoas amantes das ciências e das letras” (FERREIRA, [19--], p. 13).

Somente em 1852 é que se delineia mais uma tentativa de dotar a cidade de Porto Alegre com uma instituição do gênero. Foi então que Dr. Cyro Pedrosa reuniu-se em sua residência com algumas pessoas próximas e com elas planeja e desenvolve a instalação de um gabinete de leitura, “nos moldes do de Rio Grande [a cidade], isto é, uma sociedade privada, organizada à base de ações e com a finalidade de servir não só a seus acionistas como também a associados” (FERREIRA, [19--], p. 19). A instituição, entretanto, não durou muito, pois não obteve o apoio do qual necessitava para seu funcionamento.

Após inúmeras tentativas frustradas de implantação de um gabinete de leitura na cidade de Porto Alegre, José Gertun funda, em 1873, um desses espaços. Gertun “estabeleceu-se com modéstia e foi esse o segredo de seu êxito, pois até 1889 haveria de manter, em boa forma e sem rumores exagerados, (...) obras de atualidade e interesse” (FERREIRA, [19--], p. 36). Não é somente em Porto Alegre e em Rio Grande que se tem a visão da necessidade e da importância da leitura, o desejo estende-se a outras localidades da província.

Existem registros de que na mesma época a cidade de Rio Pardo (1873) também ensejou a fundação de um gabinete de leitura, por meio do Gabinete de Leitura Recreativa de Rio Pardo. A associação chegou a funcionar por muitos anos, não sendo encontrados, contudo, dados a respeito do encerramento de suas atividades ou transformação em outra instituição (FERREIRA, [19--]). A cidade de Pelotas funda, em 1875, a Biblioteca Pelotense, com características de unidade de informação pública, considerada o primeiro gabinete de leitura da cidade. A Biblioteca Pelotense é então criada para oportunizar à população de Pelotas um espaço de cunho intelectual e cultural, tendo inclusive ofertado cursos noturnos aos trabalhadores (FERREIRA, [19--]). Outras cidades que criaram seus gabinetes de leitura são citadas por Ferreira ([19--]), como São Gabriel, em 1876, e Itaquí em 1977. Nos dois casos, as fundações se deram por meio de sociedades literárias. Depreende-se que as ações de fomentos à leitura cabiam à iniciativa privada.

A cidade de Porto Alegre teve sua biblioteca realmente instalada no ano de 1877. Cabe destacar que, “no sentido de dotar o Rio Grande do Sul de uma biblioteca pública, nenhuma iniciativa, visando a essa finalidade, partira até então das autoridades políticas e administrativas da Província” (FERREIRA, [19--], p. 22).

As autoridades públicas, ainda abaladas pela guerra civil, pouco fizeram pela instrução e leitura no Estado.

A iniciativa de fundação de um gabinete de leitura na cidade do Rio Grande/RS coube a João Barbosa Coelho, português que viera a Rio Grande para exercer a atividade de comerciante, cuja trajetória abordaremos na próxima seção do texto.

Antes de terminar o século XIX, o Rio Grande do Sul conquista a criação de outros gabinetes de leitura pelo interior do Estado, nas cidades de Canguçu e São Borja (1882), na cidade de Bagé (1883) e, na cidade de Santa Maria (1886), (FERREIRA, [19--]).

O gabinete de leitura da cidade do Rio Grande e o seu fundador

O gabinete de leitura da cidade do Rio Grande/RS foi fundado em 15 de agosto de 1846 pelo imigrante português João Barbosa Coelho, que veio ainda muito novo para o Brasil e posteriormente para a citada cidade gaúcha. Barbosa Coelho “era inteligente, amante da leitura e do estudo, e lendo, e estudando, fez-se enamorado das boas letras e amigo da instrução” (FONTOURA, 1933, p. 16).

João Barbosa Coelho nasceu na cidade do Porto, em Portugal, no ano de 1819 e faleceu com 90 anos, em Lisboa, em 1909. Chegou ao Brasil em 1820 e exerceu a profissão de guarda-livros, permaneceu alguns anos na Bahia, após no Rio de Janeiro. Chegou à cidade do Rio Grande em 21 de outubro de 1845, aos vinte e seis anos, e torna-se sócio do estabelecimento mercantil de Manuel Marques das Neves Lobo. Em 1846, uma época de poucos acessos à leitura, as notícias chegavam a então Província por meio de pessoas que vinham de outras cidades e as transmitiam oralmente, no boca a boca.

Foi então, que “em encontro que se realiza a 15 de agosto de 1846, assenta-se em definitivo a fundação do Gabinete” (FERREIRA, [19--], p. 14). O gabinete de leitura surge “no contexto da pacificação da Revolução Farroupilha e reconstrução da Província, por um grupo da elite rio-grandina, adeptos do universo das letras, liderados pelo imigrante luso João Barbosa Coelho” (JORNAL AGORA, 2016, [n. p.]).

Barbosa Coelho reúne vinte e um idealistas, apreciadores das letras e juntos, fundam o gabinete de leitura, pois, faltava na cidade “uma instituição pública, ou mesmo de caráter privado, destinada a colocar o livro ao alcance do povo e a serviço

de sua valorização – tal fosse a criação e instalação de uma biblioteca – vexava a cidade" (FERREIRA, [19--], p. 24).

Dessa instituição, surgiu em 1846, com a denominação de gabinete de leitura, e, a partir de 1878, em virtude de modificações nos seus estatutos, nasce a Bibliotheca Rio-Grandense. Embora fosse considerada, na cidade de Rio Grande, como entidade pública, era mantida com as contribuições dos sócios. O uso do termo “pública” justifica-se pelos serviços que a instituição prestava a toda comunidade.

A Bibliotheca Rio-Grandense é considerada a biblioteca mais antiga do estado, tendo sido prestigiada por diversas personalidades históricas, como podemos observar: “em sua história, registrada no livro de autógrafos, pode-se observar a visita da Família Imperial, Dom Pedro II e sua filha, a Princesa Isabel, e de um Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando era professor e pesquisador” (JORNAL AGORA, 2016, [n. p.]). Este último escreveu parte de sua tese de doutorado utilizando acervos da Bibliotheca Rio-Grandense.

A Bibliotheca Rio-Grandense

O termo biblioteca é uma palavra de origem grega, que veio para o nosso idioma com a mesma grafia, mas com o “th”: bibliotheca, porém a reforma ortográfica, no ano de 1943, eliminou o “th” da Língua Portuguesa. No entanto, o nome “Bibliotheca Rio-Grandense”, tem o ‘th’ mantido em sua grafia até os dias atuais. Considera-se, portanto, que “Bibliotheca” faz parte do nome da instituição.

Em 1878, devido a uma crise financeira, com a contribuição e intervenção do Barão de Vila Isabel, modificaram-se os estatutos do gabinete de leitura e o mesmo “deixou de ser privativo dos acionistas e sócios” (AS COMEMORAÇÕES..., 1996, p. 6), tornando-se então uma biblioteca.

O *Jornal Agora*, periódico jornalístico da cidade do Rio Grande/RS, em homenagem aos 280 anos do município publicou histórico da Bibliotheca Rio-Grandense, cujo trecho selecionado nos permite conhecer um pouco da transformação de gabinete de leitura privativo em Bibliotheca Rio-Grandense enquanto espaço aberto ao público:

Em sua fundação, era um Gabinete de Leitura num sobrado da rua Ewbank n° 3, local com duas salas e dois gabinetes. Em 03 de novembro de 1847, mudou-se para o pavimento superior do sobrado de propriedade de Francisco Antônio Lopes, na rua Marechal Floriano Peixoto n° 146. Em 1866, para o prédio de propriedade do Doutor Vieira Castro na rua General Bacelar esquina Andradas. Em 04 de junho de 1878, para o segundo pavimento do prédio na rua Riachuelo n° 71. Em 1895, na gestão de Visconde Pinto da Rocha, foi comprado o prédio atual, antiga Casa da Câmara, entregue oficialmente em 1900 e passando por uma grande reforma em 1910. [s/p].

Na tentativa de ampliar o âmbito de atuação do gabinete, a instituição foi aberta ao público em geral. O Barão de Vila Isabel, presidiu “à elaboração dos novos estatutos e os fez seguir os trâmites legais, para que o Gabinete de Leitura se mudasse na Bibliotheca Rio Grandense, ‘sociedade de recreio espiritual e de difusão cultural’, o que aconteceu, finalmente, em 4 de julho [de 1878] (AS COMEMORAÇÕES..., 1996, p. 10).

O gabinete de leitura deixou de ser privativo aos sócios e expandiu-se à comunidade em geral, contribuindo para a disseminação do conhecimento, ensino e aprimoramento cultural. A Bibliotheca Rio-Grandense é de natureza jurídica privada, mas possui caráter público, pois tem seu acervo aberto para pesquisa, mesmo que seja mediante o pagamento de uma pequena taxa. De acordo com Alves (2005, p. 27), “o Gabinete de Leitura, com ou sem discursos inaugurais, caminhou para frente, prosperando sempre, até que se converteu na Biblioteca Rio-Grandense que hoje é o nosso melhor núcleo de instrução”.

Sobre o contexto de mudança de gabinete de leitura para Bibliotheca Rio-Grandense, Silva (2011, p. 62) complementa que “Em 4 de julho de 1878, ocorre a mudança da razão social. Para se adequar à lei que tratava das entidades com personalidade jurídica, o Gabinete de Leitura passa a se chamar Bibliotheca Rio-Grandense, com o objetivo de ser uma “sociedade de recreio espiritual e de difusão cultural””.

Uma biblioteca caracteriza-se pela “existência de alguma forma de organização que permita encontrar o que se deseja, mesmo que só o proprietário, ou poucos, tenham êxito nessa busca. Essa ideia de organização está presente tanto nos acervos primitivos quanto nas informações que circulam pelos milhões de computadores em rede” (MILANESI, 2002, p. 11-12). Ou seja, serve para facilitar o acesso, ordenação de registros, coleções e memórias.

A Bibliotheca Rio-Grandense apesar de possuir o caráter privado, sempre teve como objetivo ampliar seu acesso à comunidade rio-grandina e arredores. Aliás, uma biblioteca é considerada pública quando torna “prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (MANIFESTO..., 1994). Apesar de possuir um caráter privado, a biblioteca oferecia, quando de sua criação, em seus espaços, aulas gratuitas à comunidade, desde as séries primárias até os cursos técnicos.

De acordo com Rodrigues e Santos (2017), a Bibliotheca Rio-Grandense além de ter o caráter privado e ao mesmo tempo público, é considerada histórica:

É, portanto, de responsabilidade das bibliotecas históricas zelar pela preservação documental e difusão democrática destes conhecimentos nos grupos sociais em que estão situadas, pois como esses registros dizem respeito ao patrimônio cultural desses grupos, seus membros têm o direito de conhecê-los, usufruir deles e preservá-los (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 4).

É consenso que uma biblioteca pública, precisa ter um espaço que proporcione igualdade de acesso para todos os cidadãos, em que não se faz restrição ou diferenciação de idade, raça, sexo, gênero, crença, status social, etc., tendo como forte característica a disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento a partir dos acervos que possui.

Quando o gabinete de leitura foi fundado, seu objetivo era difundir o hábito da leitura, o qual foi mantido ao tornar-se biblioteca. O principal objetivo da biblioteca pública “é a formação do hábito de leitura; sua missão é assistir os usuários através de um acervo compatível com as necessidades da população, etc” (SUAIDEN, 1995, p. 19).

A Bibliotheca Rio-Grandense assumiu um papel de instituição que prioriza o estímulo ao hábito da leitura para a comunidade em geral e também a disseminação e a produção de conhecimento sobre a história local e regional. Além disto, vem ao longo dos anos atuando como importante instituição cultural, ao promover exposições, palestras, entre outras atividades culturais realizadas nas suas dependências. Em agosto de 2016, a Bibliotheca Rio-Grandense completou 170 anos, instituição que sempre serviu à comunidade, valorizando a cultura e fomentando o hábito da leitura.

Muitas foram as contribuições da biblioteca à comunidade rio-grandina, como os cursos de alfabetização gratuitos e noturnos, nos tempos de sua fundação, e a contribuição para o embrião do que viria a ser a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Considera-se que foi “nas instalações da biblioteca que se ministrou o primeiro curso universitário de Engenharia Industrial, cuja parceria durou de 1954 até 1961, tendo ainda a Rio-Grandense participado da criação das faculdades de Direito, Economia, Filosofia e Medicina” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 7).

A administração da Bibliotheca Rio-Grandense, atualmente, é constituída por uma diretoria composta por: presidente e vice, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e diretor de acervo. A diretoria é eleita pelos sócios e exerce sua função por dois anos. A Bibliotheca situa-se no centro da cidade, atende a população rio-grandina de segunda à sexta-feira, disponibiliza seu acervo para consultas escolares, acadêmicas e particulares e, ainda, dispõe de exposições culturais e visitas guiadas.

A biblioteca está dividida em setores: referência, processamento de materiais, sala de pesquisa, acervos (gerais e históricos), além de espaço alugado para a Prefeitura Municipal. Nesse espaço, abriga-se a Biblioteca Pública Monteiro Lobato que possui acervo destinado ao público infantil. O acervo da Bibliotheca Rio-Grandense é constituído de livros, jornais, fotos, folhetos e periódicos. Atualmente estão inseridos no seu sistema informatizado aproximadamente 127.377 livros, mas estima-se que o acervo completo está em torno de 170 mil, acessíveis aos 240 sócios ativos como também a comunidade em geral.

Considerações finais

A criação dos gabinetes de leitura no Brasil, enquanto espaço de socialização de diversos materiais e incentivo à leitura, contribuiu de forma salutar para o desenvolvimento da então colônia portuguesa e seu progresso educacional e literário por meio das letras. Diferentemente dos gabinetes encontrados na Europa, os recintos brasileiros tinham um caráter civilizatório e não apenas de recreação, além de proporem, na maioria das vezes, a oferta de livros e periódicos sem custos de taxas aos seus sócios.

O Real Gabinete Português de Leitura, localizado no Rio de Janeiro é considerado a primeira entidade do tipo em solo brasileiro. Mas, rapidamente, outros centros urbanos começaram a criar e fomentar os próprios gabinetes. No Rio Grande do Sul não foi diferente, a criação de gabinetes de leitura não ocorreu apenas na capital gaúcha, considerada o maior centro urbano do Estado. A interiorização teve origem com os gabinetes das cidades de Pelotas, Piratini e Rio Grande. Esta última, eixo central desse trabalho, transformou, posteriormente, seu gabinete na atual Bibliotheca Rio-Grandense.

A Bibliotheca Rio-Grandense está em funcionamento e situa-se no centro da cidade do Rio Grande/RS e, também, no coração e no imaginário dos cidadãos rio-grandinos e daqueles que lá vivem. Mais do que um cartão postal, a biblioteca tem contribuído, ano após ano, com o desenvolvimento social, cultural e educacional do município.

Além de ter seu acervo e prédio já tombados em nível estadual, a Bibliotheca Rio-Grandense fez-se e faz-se presente na cultura regional desde a época em que era gabinete de leitura. Espaço com características de biblioteca pública, que acolhe e abraça quem a procuram, seja para a leitura cotidiana dos jornais e revistas com uma leitura mais recreacional, seja nas pesquisas escolares, ou, ainda, na pesquisa de caráter histórico em seus valiosos acervos.

Observamos, a partir das pesquisas realizadas para este estudo, que a transformação do gabinete de leitura, criado por João Barbosa Coelho, ocorreu de forma natural, devido às necessidades encontradas, como a financeira e, principalmente, ao anseio da sociedade rio-grandina por espaços de leitura, cultura e lazer. A Bibliotheca Rio-Grandense desempenha importante papel social, histórico e cultural para a cidade e região e permanece ativa apesar das dificuldades encontradas ao longo dos anos.

Concluindo, realizamos esta pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer as tessituras da construção histórica da leitura e das condições e possibilidades com que os gabinetes de leitura se transformaram em bibliotecas públicas e o que elas representam para a sociedade. Ademais, evidenciamos a importância dos gabinetes de leitura, das práticas leitoras e das bibliotecas para a formação de hábitos de leitura e como juntos foram e são responsáveis pelo estímulo do desenvolvimento cultural, social e econômico.

Os gabinetes de leituras foram essenciais na promoção dos livros e de outras fontes de informação como também para a conservação e preservação da memória. Da mesma maneira, as bibliotecas públicas são espaços que existem para disponibilizar a informação e valorizar o acesso à pesquisa e ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. *Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura*. Rio Grande: Editora da FURG, 2005.
- ALVES-CAETANO, Antônio. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.cepsepublicacoes.pt/>. Acesso em: 2 dez. 2017.
- AS COMEMORAÇÕES do sesquicentenário. *Boletim da Sociedade Amigos da Marinha do Rio Grande*. Rio Grande, n. 19, 1996.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1937-1847. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2008.
- BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.
- CARVALHO, Marcia Rodrigues; SANTOS, Pamela da Conceição. Biblioteca Rio-Grandense: um estudo de caso sob o viés da educação patrimonial. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 22, n. 48, p. 2-14, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p2>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2005.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de leituras*. 2. ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade, 2001-
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita a história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, [19--].
- FONTOURA, Edgar. *A Biblioteca Riograndense*. Rio Grande: Oficinas do Rio Grande, 1933.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, Carla Renata A. de Souza. Porto Alegre torna-se uma cidade capaz de produzir impressos (1827-1855). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE, 1., Porto Alegre, 2015. *Anais...* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- JORNAL AGORA. *Bibliotheca Rio-Grandense*. 26 jun. 2016. Disponível em: <http://jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=87122>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. O “gabinete de leitura” e suas implicações na cultura escolar do império: notas sobre a instituição no Nordeste brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. *Anais...* Londrina: Editora da UEL, 2005.

MANIFESTO da Unesco sobre Bibliotecas Públicas. IFLA, 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e História da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999, p. 395-410.

MILANESI, Luís. *Sequentia. Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos constitutivos para o estudo do público literário no Rio de Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

SILVA, Josiane. Bibliotheca Rio-Grandense: trajetória e percalços de uma biblioteca mais que centenária. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 25, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1984>. Acesso em: 22 out. 2017.

SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visão da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública*. In: *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.

VILLATA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e História da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999, p. 183-212.

Flávia Reis de Oliveira é Doutora e Mestra em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Ciência da Informação pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Bacharela em Biblioteconomia e Bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

João Paulo Borges da Silveira é Professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Doutorando em Educação pela mesma universidade. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Educação e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Bacharel em Biblioteconomia e Bibliotecário da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Flávia Brocchetto Ramos é Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, em Portugal, e Pós-Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora e Mestra em Letras e, também, MBA em Gestão do Ensino Superior e Especialista em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Licenciada em Letras e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, nível 2.

Eliana Rela é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde também coordena o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em História. Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Licenciada em História e Especialista em História da América Latina pela UCS.

Como citar:

OLIVEIRA, Flávia Reis de *et alli*. Gabinetes de leitura no Rio Grande do Sul: aspectos históricos e incentivo à formação de leitores. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.